

A Extensão Universitária em História através da Elaboração de Instrumentos de Pesquisa

The University Extension in History through the Preparation of Research Instruments

RESUMO

Este artigo faz uma reflexão sobre a extensão universitária no curso de História, através de um relato da experiência de elaboração de um catálogo temático e de referência de documentos de época. Esta ação extensionista foi desenvolvida na Universidade Estadual Paulista e contou com uma equipe de dois alunos de graduação do curso de História. O material utilizado foi a correspondência trocada entre as capitanias do Brasil e o Conselho Ultramarino, em Lisboa, entre os séculos XVII-XVIII e reunidas pelo *Projeto Resgate de Documentação Histórica "Barão do Rio Branco"*. Dos 150.000 documentos digitalizados pelo *Projeto Resgate*, foram selecionadas 3.096 correspondências que tinham as câmaras municipais do Brasil colônia como remetente ou assunto. Em seguida, os alunos relacionaram o verbete de cada um destes documentos com sua localização nas respectivas mídias digitais, informação que até então não era fornecida pelos catálogos digitais e impressos que referenciam a esses documentos. Este trabalho resultou em um instrumento de pesquisa, cuja elaboração contribuiu para a formação de estudantes de História no ofício da pesquisa na área, mas também levou à criação de um instrumento de pesquisa que pode se utilizado por historiadores ou comunidade extra-acadêmica.

Palavras-chave: Catálogos. Brasil-Colônia. Câmaras Municipais.

ABSTRACT

This article is a reflection on the university extension in the course of history through an account of the experience of developing a reference and thematic catalog of documents. This extension action was developed at Universidade Estadual Paulista and featured a team of two graduate students from the course of History. The material used was the correspondence between the captaincies of Brazil and the Overseas Council in Lisbon between the seventeenth and eighteenth centuries and gathered

DENISE APARECIDA
SOARES DE MOURA

Universidade Estadual Paulista. Faculdade de História, Direito e Serviço Social, São Paulo, Brasil

by the *Historical Documentation Project Rescue “Barão do Rio Branco”*. From 150,000 documents scanned by *Project Rescue* were selected 3,096 documents in which the Municipal Camaras of the colonial Brazil were the sender or subject. Then the students related the entry of each of these documents to their location in their digital media, information not provided by digital and printed catalogs that reference these documents. This work resulted in a survey instrument, whose production has contributed to the training of students of history in the craft of research in the area, but also led to the creation of a survey instrument that can be used by historians or extra-academic community.

Keywords: Catalogs. Colonial Brazil. Municipal Camaras.

INTRODUÇÃO

A extensão universitária alcançou grande avanço nos últimos anos com o desenvolvimento de projetos em suas áreas temáticas específicas, como cultura, saúde, meio ambiente, direitos humanos, educação, trabalho e comunicação [10]. Docentes e alunos envolvidos com a prática extensionista têm procurado, em congressos periódicos promovidos pelas Pró-Reitorias de Extensão das universidades públicas, refletir sobre os desafios teórico-metodológicos de um ramo de produção do conhecimento com natureza e objetivos específicos e articulados à pesquisa e ao ensino acadêmicos.

Os projetos de extensão desenvolvidos nas universidades públicas paulistas têm produzido resultados que podem ser concretamente aproveitados para a elaboração de políticas públicas que garantam o bem estar social e a formação participativa de segmentos diversos da população. Existem exemplos neste sentido, como a Universidade da Terceira Idade, que tem como foco um dos segmentos sociais em amplo crescimento no mundo [18]. Ou então os inúmeros resultados de sucesso de projetos de extensão que promoveram a digitalização e disponibilização on-line de inúmeros acervos de documentos de valor histórico-cultural até então de difícil acesso por razões de distância geográfica ou ausência de divulgação dos locais que mantêm sua guarda.

A tendência de fortalecimento da extensão que leva a uma ação mais concreta de interação entre a produção universitária e os vários segmentos sociais faz parte do movimento mais amplo, favorecido pela globalização e pela internet, de novas exigências da sociedade civil em prol da democratização [11]. A atividade de extensão, portanto, tem atingido um novo status no meio acadêmico e se beneficiado de apoio financeiro e institucional oferecido pelos governos estadual e federal*.

Conforme escreveu uma das Pró-Reitorias de Extensão das Universidades paulistas, a extensão deixou de ser associada à mera ação de divulgação e assistência, para

* Programa de Apoio à Extensão Universitária, Ministério da Cultura, 2003; Programa de Apoio à Cultura em Interface com a Extensão Universitária do Estado de São Paulo (ProExt Cultura SP); em 2010 foi lançado o projeto de extensão universitária do Ministério da Cultura (MINC) - ProExt Cultura.

se tornar um dos principais pilares de uma universidade que se pretende complexa e coerente com seu “compromisso republicano”, de promover interação com a sociedade sem desfigurar sua essência de construção de conhecimento [3].

Na universidade, o curso de História tem forte potencial para a realização de projetos de extensão universitária que cumpram este compromisso, através da preservação do patrimônio histórico-documental das populações brasileiras e formação e interação cultural junto aos vários segmentos sociais. No âmbito acadêmico, a extensão universitária em História pode criar ferramentas que também levem ao aprofundamento da pesquisa histórica.

Já existe certa tradição nos cursos de História em iniciativas como estas, embora muitas vezes elas não façam parte de uma reflexão sobre a Extensão em si, campo que apenas nos últimos quatro anos tem merecido reflexões mais consistentes de caráter técnico e teórico [10,3]. Como exemplo, cito as cronologias de determinado período da História, como Império ou Colônia, ou os acervos cartográficos digitais e disponíveis on-line, originados na pesquisa histórica e elaborados com participação de alunos de graduação [12, 2, 5].

Catálogos temáticos com referência de documentos de valor histórico-cultural, que podem ser disponibilizados em ambientes virtuais de Bibliotecas Digitais, Arquivos, laboratórios de pesquisa ou na forma de e-books nas páginas das editoras universitárias são uma amostra da ação extensionista em História.

Catálogos como estes, produzidos com o envolvimento de estudantes de graduação do curso de História contribuem para a formação de profissionais na área, fomentam a pesquisa acadêmica em temáticas específicas e geram ferramentas que otimizam o acesso de professores do ensino médio e agentes de cultura a documentos que fazem parte do patrimônio histórico-documental das populações do Brasil e que muitas vezes não são devidamente aproveitados devido à ausência de organização ao seu acesso.

Os avanços da internet e das tecnologias de reprodução digital levaram à digitalização de vasta quantidade de materiais de importância histórico-cultural, mas que hoje demandam a sua organização. Ou seja, acessibilidade significa mais do que reprodução e disponibilização on-line, mas organização do que é disposto em mídias digitais ou no ambiente virtual.

Entre 2012-13 na Universidade Estadual Paulista foi desenvolvido um projeto de extensão que teve justamente este objetivo, o de elaborar um catálogo temático de referência de documentos. O ponto de partida deste trabalho foi uma das mais importantes coleções de documentos manuscritos para a história do Brasil-colônia: a documentação do Arquivo Histórico Ultramarino, digitalizada pelo *Projeto Resgate de documentação História “Barão do Rio Branco” (Projeto Resgate)*, iniciado em 1995 através de uma ação coordenada pelo Ministério da Cultura, com apoio de instituições estaduais.

O objetivo principal do *Projeto Resgate* foi reproduzir e dar acessibilidade a documentos disponíveis em arquivos de países europeus que tiveram suas histórias relacionadas à do Brasil no período colonial. Iniciado em Portugal, este projeto reproduziu cerca de 150.000 documentos dos séculos XVII-XIX, ou seja, algo em torno de 1,5 milhão de páginas manuscritas escritas por funcionários espalhados por 18 capitâneas

do Brasil-colônia, que, na época, tinham de se dirigir a Lisboa para tratar dos mais diferentes assuntos referentes à administração, governo e vida social do Brasil.

Este material é um rico manancial de temas para a pesquisa histórica acadêmica e vem sendo amplamente utilizado pelos pesquisadores. Mas esta documentação também faz parte do patrimônio histórico-documental das populações do Brasil, pois suas páginas mostram como as pessoas no passado recorriam às instituições públicas para denunciar arbitrariedades de funcionários reais ou fazer solicitações de toda a ordem. Estes manuscritos mostram também como as instituições político-administrativas funcionavam no Brasil.

Para o desenvolvimento do catálogo temático de referência de documentos a partir deste material foram selecionadas as correspondências escritas pelas câmaras municipais do Brasil entre os séculos XVII-XVIII-XIX.

Com este projeto, que gerou ainda uma exposição em setembro de 2013 no hall da reitoria da mesma UNESP, no centro de São Paulo, alunos do curso de graduação em História tiveram a oportunidade de ter contato direto com um dos pilares da pesquisa histórica, ou seja, os documentos de época** e ao mesmo tempo gerar uma ferramenta de trabalho tanto para o público acadêmico, como extra-acadêmico, formado por agentes culturais ou professores do ensino médio.

Por que a escolha do tema *câmaras no Brasil-colônia* para a realização de uma experiência de extensão universitária em História? Nos últimos 14 anos a historiografia brasileira reviu as interpretações de algumas obras clássicas e passou a valorizar a história administrativa e, com isto, as câmaras municipais foram, e ainda são, um dos objetos mais investigados [15, 14]*** no âmbito da pesquisa acadêmica.

Por outro lado, no ensino do problema da formação e configuração do Estado no Brasil-colônia nas aulas de História do Brasil o aluno de graduação lida com o tema das câmaras municipais, instituições que fundaram as bases da colonização e deram sustentação e longevidade para as instituições monárquicas portuguesas na América.

O assunto, portanto, está articulado à pesquisa e ao ensino. As lacunas percebidas na pesquisa sobre o assunto e que se desdobram em sala de aula levaram ao interesse por ampliar este tema na extensão universitária ou mesmo dar-lhe outra dimensão, não restrita à pesquisa acadêmica, pois esta é uma instituição que diz respeito à história de todas as cidades do Brasil e de seus habitantes. Por menor e mais remota que seja uma cidade no Brasil ela terá um prédio da câmara municipal, onde são tomadas decisões para seu funcionamento e onde os moradores encontram uma representação e alvo imediato de seus interesses e indignações.

Do ponto de vista da pesquisa acadêmica, a historiografia brasileira herdou a

**Este projeto de extensão gerou uma pesquisa de Iniciação Científica financiada pela FAPESP e que recebeu o Prêmio Melhor Trabalho na modalidade pôster externo entre os trabalhos da área de Ciências Humanas, Letras e Artes, apresentados no Encontro de Saberes 2013, evento organizado pela Universidade Federal de Ouro Preto, que reúne estudantes de graduação de todas as universidades do Brasil que desenvolvem pesquisas de Iniciação Científica produzidas nos vários campos do conhecimento.

***A produção bibliográfica é muito vasta, iniciada no ano 2000 por Maria Fernanda Bicalho, que trouxe à cena historiográfica brasileira um problema colocado pelo historiador inglês Charles Boxer.

perspectiva regional da tradição portuguesa na maneira de abordar o tema das câmaras coloniais [9]. A historiografia sobre este assunto poderia avançar, contudo, se fossem feitas pesquisas comparativas entre as câmaras do Brasil ou mesmo fossem estabelecidas as possíveis conexões entre estas câmaras, que poderiam, inclusive, espelhar-se no exemplo de uma e outra para formular a sua política e o seu tipo de interlocução com o reino.

Para avançar em iniciativas de pesquisas como estas, foi constatada a necessidade de organizar o acesso à documentação disponível e esta era uma tarefa que poderia ser realizada pela atividade de extensão universitária, tendo em vista que uma de suas tarefas é a de criar produtos e processos típicos da vida acadêmica e que levem ao aprimoramento de sua produção, mas que também tenham potencial para promover a formação intelectual, humana e social de segmentos da sociedade civil, entendendo-os, ainda, como agentes participativos deste processo.

Como conclui o documento *Carta de São Paulo* “a universidade pública exerce papel estratégico na formação de cidadãos, entendidos como produtores, agentes e críticos da cultura, auxiliando no questionamento de sua relação imediata com a sociedade” .

Organizar o acesso a um dos principais conjuntos de documentos para a pesquisa e conhecimento das instituições municipais no Brasil foi um caminho interessante tanto para criar condições para o avanço da pesquisa sobre o tema, ensinar a pesquisa de um tema da história administrativa do Brasil colônia para alunos do curso de graduação em História, como criar uma ferramenta que torna mais acessível aos agentes extra-acadêmicos materiais que permitem o melhor entendimento de um assunto que diz respeito às suas próprias histórias.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para o levantamento da documentação que comporia o catálogo temático de referência de documentos foram utilizados um catálogo geral em formato digital e as 380 mídias digitais que reúnem respectivamente, os verbetes e as imagens dos documentos produzidas pelas 18 capitanias do Brasil.

Foi utilizado o programa *Libre Office Calc* para construir um banco de informações cujas planilhas, nomeadas por capitania, foram alimentadas com os verbetes de documentos produzidos pelas câmaras municipais. Em seguida os alunos localizaram nas mídias digitais cada documento arrolado. Ou seja, o trabalho final forneceu um dado até então inexistente nos catálogos de verbetes da documentação do *Projeto Resgate*.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM HISTÓRIA: RETOMANDO UMA TRADIÇÃO NA ERA DIGITAL

A organização de instrumentos de pesquisa impressos, como os catálogos de referência de documentos, a partir do rastreamento de documentos em arquivos presenciais, tem longa tradição no Brasil [7, 13]. O que este projeto de extensão fez foi

retomar uma tradição, mas a partir de parte do acervo do Arquivo Histórico Ultramarino que se encontra em formato digital. O catálogo gerado neste trabalho por sua vez também está nesse mesmo formato.

A documentação do *Projeto Resgate* ainda não está disponível on-line. O Centro de Memória Digital da Universidade de Brasília [4] vem se esforçando por disponibilizar esta documentação no ambiente virtual da internet e viabilizar o seu acesso através de um banco de dados, mas os resultados ainda não são satisfatórios e os campos de seu banco não contemplam *Assuntos*, que poderiam gerar a rápida identificação de uma temática ou fonte geradora de um documento, como as câmaras municipais.

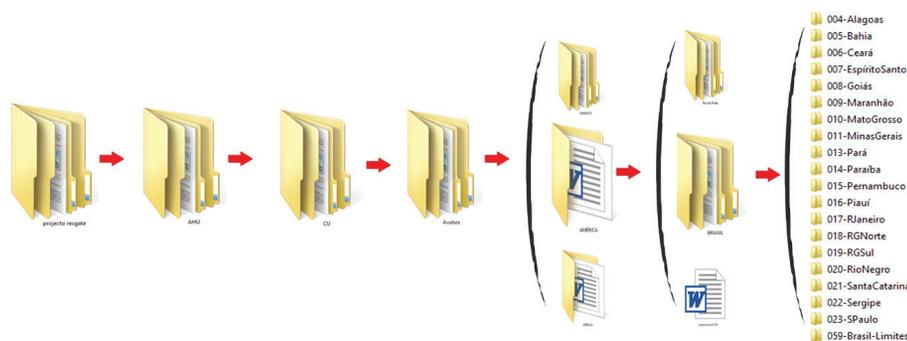
O pesquisador, portanto, ainda depende das mídias digitais, mas é necessária a criação de instrumentos que aperfeiçoem a sua utilização. Organizar o acesso a este material, portanto, é uma das contribuições que o historiador pode oferecer à sociedade.

PROJETO RESGATE: LIMITES NA ACESSIBILIDADE

O pesquisador, professor do ensino médio ou agente cultural que queira acessar documentos de época sobre as câmaras municipais no Brasil Colônia tinha de realizar a seguinte operação:

– Pesquisar no catálogo geral digital o documento. Este catálogo geral é composto por sub-catálogos que contém inventário de documentação da América, África e Oriente, ou seja, domínios de Portugal na época moderna. Dentro do sub-catálogo *América* existem ainda outros sub-catálogos, sendo um deles denominado *Brasil*. Dentro deste há ainda mais outros 20 sub-catálogos que correspondem às capitânias. A descrição desta dinâmica pode ser observada na gravura abaixo:

Figura 1 – Catálogo Eletrônico do Projeto Resgate "Barão do Rio Branco".



No interior dos sub-catálogos referentes a cada capitania estão arrolados os verbetes dos documentos, criados pelos pesquisadores responsáveis pelo levantamento, organização e reprodução desta documentação no Arquivo Histórico Ultramarino. O inventário desta documentação foi feito em ordem cronológica e com a indicação da sua localização física no Arquivo. Abaixo há um modelo destes verbetes, reproduzidos nos catálogos impressos produzidos para cada capitania:

1714, Outubro, 20, Santana de Parnaíba

CARTA dos oficiais da Câmara de Santana do Parnaíba ao rei [D. João V] sobre o motim de alguns moradores contra as atitudes do desembargador sindicante Antônio da Cunha e acerca da vinda do desembargador sindicante André Leitão de Melo, que vinha especialmente para punir os culpados. Solicitam por dificuldade de locomoção dos acusados para o Rio de Janeiro ou Bahia, que se possam ser julgados pelo ouvidor geral de São Paulo, cumprindo suas penas, se for caso, na cadeia da cidade de São Paulo e que os degredos sejam enviados para os sertões da mesma capitania.

AHU-São Paulo, cx. 1, doc. 16

AHU_ACL_CU_023, Cx. 1, D. 22. [1]

Após identificar documentos como este nos verbetes dos catálogos – geral-digital e os impressos por capitania – o pesquisador deve ir para a sua localização física em formato de imagem nas mídias digitais. Contudo, o verbete não fornece, como pode ser visto acima, o lugar do documento na mídia. No interior destas mídias as imagens dos documentos estão dispostas em pastas e sub-pastas. Cada imagem possui uma numeração, que cumpre o papel de um localizador na mídia, conforme pode ser observado abaixo:

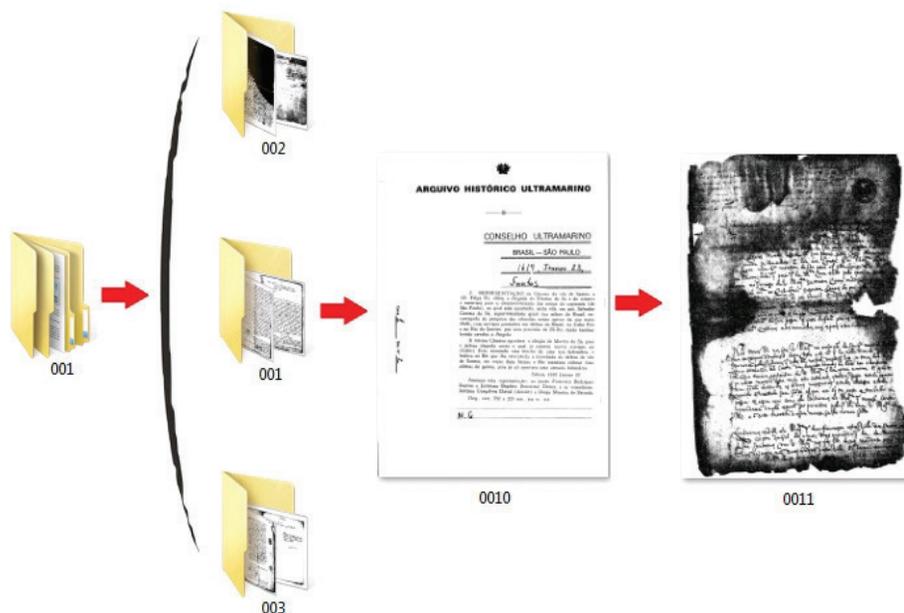


Figura 2 – Documentos nas mídias do Projeto Resgate “Barão do Rio Branco”.

Este caminho, ou seja, o número da pasta, sub-pasta e imagem do documento não é fornecido pelo catálogo impresso ou eletrônico e isto dificulta o trabalho de localização de um documento, o que, certamente, compromete o uso mais intenso deste material ou mesmo a realização de pesquisas de caráter comparativo, para o tema específico das câmaras municipais na Colônia.

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM HISTÓRIA APRIMORANDO INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Em um primeiro momento e como se tratava da confecção de um catálogo de referências, a tarefa da equipe extensionista envolvida neste projeto foi a de levantar, através dos verbetes de todos os sub-catálogos das capitanias, as correspondências que tivessem a câmara como remetente. O andamento do trabalho mostrou que era necessário levantar também os papéis que tivessem a câmara como assunto, pois a equipe se deparou com muitos governadores, ouvidores ou juízes de fora discorrendo sobre esta instituição. Ao todo foram reunidas 3.096 correspondências.

Este levantamento e organização do material obedeceram a critérios próprios do campo do conhecimento da História. Ou seja, o tempo é uma categoria que dá inteligibilidade a esta forma de conhecimento [6], logo, o primeiro passo do trabalho foi o estabelecimento de recortes cronológicos.

A natureza administrativa das correspondências enviadas para o Conselho Ultramarino nos fez estabelecer recortes cronológicos no campo da história política do Império português. Assim, as periodizações foram as seguintes:

1642-1696 – quando foi criado o Conselho Ultramarino, órgão central da administração portuguesa encarregado de administrar suas conquistas. Toda a comunicação burocrática gerada por funcionários nomeados ou eleitos para ocupar cargos públicos no Brasil era enviada para este órgão. A partir de 1696 a Coroa decidiu implantar o cargo de *juiz de fora*, ou seja, um funcionário régio formado em Leis e que restringiria a ação do juiz ordinário da câmara eleito pela localidade.

Na prática poucas câmaras receberam este funcionário. De qualquer modo, na medida em que o catálogo temático dizia respeito justamente às câmaras, era pertinente o estabelecimento desta data limite final para a primeira periodização.

1696-1750 – o período de expansão portuguesa para o interior do Brasil e descobertas das zonas minerais, seguida do advento do reinado de D. João V, iniciado em 1706 e terminado em 1750, quando foram implantadas várias câmaras na região de Minas Gerais, com o propósito de controlar o volume de migrações para esta região do Brasil.

1750-1777 – o reinado de D. José e o ministério de Sebastião José de Carvalho e Melo, o famoso Marquês de Pombal.

1777-1812 – reinado de D. Maria e o Ministério de D. Rodrigo de Souza Coutinho (secretário de estado dos domínios ultramarinos e marinha (1796-1802/1808-1812), ministro da guerra e dos negócios estrangeiros. Momento crucial na história da modernização do Império português.

1812-1822 – fase da movimentação política que culminaria na formalização da independência do Brasil.

A discussão destes recortes cronológicos que nortearam o levantamento da documentação foi um passo importante para os alunos compreenderem o papel da categoria *Tempo* na análise histórica. Em seguida a equipe deu início ao levantamento dos documentos e a sua inserção nas planilhas que formaram um banco de dados no programa *Libre Office Calc*. Estas planilhas foram divididas, portanto, por capitanias

e, dentro destas, os recortes cronológicos acima descritos.

Após o banco de informações ser completamente alimentado com os verbetes, a equipe empreendeu o trabalho de localizar cada documento nas mídias, fornecendo sua localização na pasta, sub-pasta e imagem. Assim o catálogo temático digital alcançou o seguinte formato:

Tabela 1 – Verbetes do catálogo temático elaborado na ação extensionista

Verbetes	Localização na mídia
1714, Outubro, 20, Santana de Parnaíba CARTA dos oficiais da Câmara de Santana do Parnaíba ao rei [D. João V] sobre o motim de alguns moradores contra as atitudes do desembargador sindicante Antônio da Cunha e acerca da vinda do desembargador sindicante André Leitão de Melo, que vinha especialmente para punir os culpados. Solicitam por dificuldade de locomoção dos acusados para o Rio de Janeiro ou Bahia, que se possam ser julgados pelo ouvidor geral de São Paulo, cumprindo suas penas, se for caso, na cadeia da cidade de São Paulo e que os degredos sejam enviados para os sertões da mesma capitania.	Cd.Avulsos n. 01; pasta.1; sub-pasta.1; imagens 109-115
AHU-São Paulo, cx. 1, doc. 16 CU_023, Cx. 1, D. 22.	AHU_ACL_

Como pode ser percebido, o catálogo de referências de documentos produzidos pelas câmaras coloniais estabeleceu uma conexão entre o verbete do catálogo eletrônico/impresso com a mídia, fornecendo a informação *Localização* do documento para o pesquisador.

Trabalhar na confecção deste catálogo com a participação de alunos de graduação em História foi uma interessante oportunidade para o ensino da própria disciplina, pois eles tiveram contato direto com a base da pesquisa histórica, ou seja, os testemunhos do passado, que submetidos à crítica e referenciais teóricos específicos podem gerar de novas descobertas a novas interpretações.

Percebe-se, portanto, que pesquisa-ensino-extensão são campos conectados e que se alimentam mutuamente, podendo contribuir para uma universidade do futuro que tanto tenha nível de excelência na sua produção científica, como na formação de recursos humanos especialistas em suas áreas, mas com perspectiva e experiência na formação de produtos e processos que possam ampliar a formação cultural e bem estar social de segmentos sociais extra-acadêmicos.

Ou seja, o aluno do curso de História envolvido na extensão universitária tem ainda a oportunidade de perceber que os testemunhos produzidos em uma determinada época não são apenas objetos de seu domínio submetidos à sua interpretação para a geração de um conhecimento acadêmico em História. Eles também têm uma dimensão antropológica e, portanto, devem ser disponibilizados para a sociedade de um modo geral, para que ela própria também possa construir as suas percepções, tirar conclusões, ter acesso e desenvolver um espírito preservacionista sobre algo que

faz parte do seu patrimônio histórico-cultural.

Como considerou um importante teórico da história, para além da construção de uma identidade nacional, as pessoas de um modo geral se interessam pelo seu passado inclusive para saber como era a vida, os sentimentos e como as sociedades funcionavam. Ou seja, o conhecimento histórico tem uma dimensão acadêmica, cultural e política, mas também antropológica [17]. Em virtude disto, tanto quanto qualquer outra disciplina nas ciências da saúde ou tecnológica a História tem um forte potencial para o desenvolvimento de projetos de extensão universitária.

CONCLUSÃO

A formação de catálogos de referência de documentos de valor histórico-cultural é, portanto, um importante campo de desenvolvimento da extensão universitária em História, conforme demonstrou o Projeto sobre a documentação das câmaras coloniais desenvolvido na Universidade Estadual Paulista. Este foi um trabalho originado no próprio ensino e pesquisa do tema na Universidade. Catálogos de documentos ou de referências de documentos são ferramentas de pesquisa que podem ser usadas tanto por acadêmicos, como por professores do ensino médio e agentes culturais. O aluno do curso de História envolvido em trabalhos como este alcança uma dupla formação, ou seja, a do pesquisador acadêmico, que conhece o significado das fontes de época para a construção do conhecimento histórico e um agente democratizador ao acesso a materiais que fazem parte do patrimônio histórico-cultural das populações.

REFERÊNCIAS

- [1] ARRUDA, J. **Documentos Manuscritos avulsos da capitania de São Paulo (1664-1830)**. Catálogo 1. Bauru: São Paulo, EDUSC: FAPESP, IMESP, 2000.
- [2] **Atlas Digital da América Lusa**. Disponível em: <<http://lhs.unb.br/biblioatlas/In%C3%ADcio>>. Acesso em: 15 mar. 2015
- [3] **Carta de São Paulo: políticas públicas de cultura e extensão universitária**, 2010. Disponível em: <<http://www.prceu.usp.br/eventos/proext/cartasp.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2015.
- [4] MEMÓRIA DIGITAL, Centro de. **Projeto Resgate em Memória Digital**. Disponível em: <http://www.cmd.unb.br/resgate_index.php>
- [5] Biblioteca Digital de Cartografia Histórica. Disponível em: <<http://www.mapashistoricos.usp.br/>>. Acesso em: 29 mar. 2015.
- [6] BLOCH, M. **A apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- [7] BOSCHI, C. **Fontes primárias para a História de Minas Gerais em Portugal**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2008.
- [9] CUNHA, M. S.; FONSECA, T. (org). **Os municípios no Portugal Moderno: dos forais manuelinos às reformas liberais**. Évora: Edições Colibri/CIDEHUS/

- EU, 2005.
- [10] DEL MASSO, M. C. S. *et al.* **Guia de Extensão Universitária da UNESP**. 3 ed., São Paulo, PROEX, Cultura Acadêmica Editora, 2012.
- [11] Internet renforce le pouvoir de la société civile. **Le Monde**, 25 nov. de 2013. Disponível em: <<http://www.lemonde.fr/actualite-medias/article/2013/11/25/internet-renforce-le-pouvoir-de-la-societe-civile_3519919_3236.html>. Acesso em: 29 mar. 2015.
- [12] JANCSÓ, I. **Cronologia de Historia do Brasil Colonial (1500-1831)**. São Paulo: Departamento de História – Série Iniciação, 1994, 286 p.
- [13] NUNES, M. T. e SANTOS, L. S. **Inventário de documentos manuscritos avulsos referente a capitania de Sergipe existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa**. Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Disponível em: <<<http://actd.iict.pt/eserv/actd:CUco22/CU-Sergipe.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2015
- [14] ROLES, C. Ageism is baseless: we need a human rights convention for older people. *In: The Guardian*, 31 jul. de 2013. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/global-development/poverty-matters/2013/jul/31/ageism-human-rights-older-people>>. Acesso em: 29 mar. 2015.
- [15] SCHMACHTENBERG, R. **A arte de governar: redes de poder e relações familiares entre os juizes almotacés na câmara municipal de Rio Pardo/RS, 1811-1830**. São Leopoldo: Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2012, 426 p.
- [16] SOUZA, L. de M. e. **O sol e a sombra: política e administração na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- [17] VEYNE, P. **Como se escreve a história**. 3 ed., Brasília, EDUNB, 1995.
- [18] **World population prospect**. The 2012 revision. United Nations, New York, 2013.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Pro-Reitoria de Extensão Universitária da UNESP pelas bolsas concedidas e que viabilizaram a realização deste trabalho. Sou muito grata ainda às alunas Nayara Vignol e Juliana Leopaci que trabalharam vigorosamente desde a fase de coleta dos dados à divulgação do trabalho concluído em Congressos, Exposição e na elaboração das imagens que ilustram este artigo.

DENISE APARECIDA SOARES DE MOURA professora assistente do Departamento de História da Universidade Estadual Paulista (UNESP) – e-mail: dmsoa1@yahoo.com.br